



# **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

1.

Em conformidade com o disposto no Artigo 24º dos Estatutos do Comité Olímpico de Portugal, cumpre ao Conselho Fiscal examinar as contas e documentação contabilística e dar Parecer sobre os Relatórios e Contas de cada exercício, bem como sobre os Planos de Atividade e Orçamentos, os quais são da responsabilidade da Comissão Executiva do Comité Olímpico de Portugal, antes de serem submetidos à Assembleia Plenária.

2.

No âmbito das suas competências e no exercício das suas funções como órgão de fiscalização, o Conselho Fiscal acompanhou de forma continuada, a evolução da atividade, a regularidade dos registos contabilísticos, o cumprimento do normativo legal em vigor e solicitou à Comissão Executiva e à Direção Financeira do Comité Olímpico de Portugal as informações e esclarecimentos necessários ao desempenho da sua ação.

No desenvolvimento dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal contou com a colaboração do Presidente e dos respetivos serviços do Comité Olímpico de Portugal, no que concerne à disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções, em termos que importa salientar e agradecer.

3.

Na opinião deste Conselho Fiscal, as propostas apresentadas e que estão incluídas no Plano de Atividades e Orçamento para 2021, complementadas com os esclarecimentos adicionais, seguem uma linha de continuidade que se tem registado e dão-nos uma base segura para podermos emitir a nossa opinião e recomendação.

Decorrente da situação de pandemia que se vive desde o primeiro trimestre de 2020, foi deliberado proceder ao adiamento dos Jogos Olímpicos de Tóquio para 2021, facto que determinou a apresentação de um Orçamento retificativo em 2020. Ainda assim, o Plano de Atividades e Orçamento para 2021

Arvis  
L  
JK

prevê um decréscimo nas despesas comparativamente com o orçamento retificativo aprovado para 2020, no valor de 1.248.021 Euros, para um total de 6.071.547 Euros, prevendo-se que 75% das mesmas sejam cobertos por rendimentos do Comité Olímpico de Portugal provenientes de Contratos-Programa a celebrar com o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. De qualquer modo, para efeitos de execução, as ações dependentes de financiamento externo deverão estar subordinadas ao encaixe prévio da receita ou à existência de garantias quanto à sua concretização.

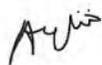
### Parecer

Em face do acima exposto, tendo por base as propostas incluídas no Plano de Atividades e Orçamento de 2021, complementadas com os elementos e esclarecimentos obtidos, considera este Conselho Fiscal que a Proposta apresentada é adequada e reúne as condições necessárias para que recomende à Assembleia Plenária do Comité Olímpico de Portugal a sua aprovação.

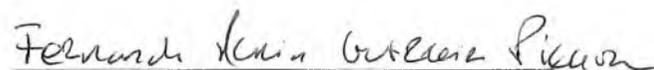
Lisboa 25 de Novembro de 2020



Leandro Rodrigues da Graça Silva - Presidente



António Pedro Vieira Nunes – Vice-Presidente



Fernanda Piçarra - Secretária